

Plenário aprova as eleições municipais em novembro

Janio de Freitas

Movimentação sem movimento

É sob o signo da contradição que se inicia sábado, no Rio, a pretendida e improvável "retomada do PMDB" por seus filiados que não levam as insatisfações ao ponto de entrar para o novo Partido da Renovação Democrática, nem querem marcar-se pela convivência passiva com os peemedebistas do Centrão.

Embora não fosse o único fator de dissidência, o mandato de Sarney foi, sem dúvida, o divisor fundamental do PMDB, por sintetizar a incompatibilidade entre os compromissos da transição e o que dela fizeram o presidente e o deputado Ulysses Guimarães.

Pois bem, o início da "retomada do PMDB" se dará com uma reunião no Rio. Ou seja, sob a hospitalidade de um governador que apoiou os cinco anos na decisão do mandato de Sarney. Mais ainda, dos outros cinco governadores cuja presença se anuncia, e que formariam a linha de frente da grande ofensiva, só Waldyr Pires apoiou os quatro anos e a eleição presidencial em 88. Miguel Arraes não desceu da mineração pernambucana e os outros três — Pedro Simon, o matogrossense Carlos Bezerra e o capixaba Max Mauro — apoiaram os cinco anos e o adiamento da eleição. Além disso, estes últimos não admitem o rompimento político com o governo Sarney, proposto por parlamentares que o consideram indispensável ao reencontro do PMDB consigo mesmo.

Das seis principais figuras do movimento, portanto, cinco não podem enfrentar uma pergunta sobre o compromisso público do PMDB e então seu também, com a transição no máximo de quatro anos e a convocação de eleições presidenciais uma vez encerrada a Constituinte.

Não é tudo, porém. Sabem todos os

integrantes deste suposto movimento que os peemedebistas do Centrão detêm a maioria dos delegados à convenção do partido, marcada para agosto. Logo, ou fazem apenas movimentação como tentativa de salvar as aparências, ou jogam na possibilidade de atrair integrantes do Centrão, por conveniências meramente eleitorais, em número bastante para inverter o atual quadro aritmético dos convencionais. O que resultaria, não em levar o PMDB ao reencontro de si mesmo e de suas origens, mas em conciliar com o Centrão no comando do partido.

Antes de acionar o movimento, os reencontrados precisariam reencontrar-se consigo mesmos.

Cassino oficial

O número que sacudiu os principais gabinetes do governo, com a última estimativa para a inflação deste mês: 19,3%.

A projeção para junho era de inflação aquém dos 17,78% de maio, ainda que pouco abaixo. Há uns oito, dez dias, quando o governo captava os primeiros sinais concretos de que o índice seria superior ao do mês passado, provavelmente de 18,2%, detentores de informações sigilosas investiram maciçamente em OTN fiscal. Se a inflação confirma a última estimativa e vai aos 19,3%, o lucro fácil destes privilegiados do poder será de duas a três vezes superior ao previsto.

É por estas, e não por outras, que o professor Mário Henrique Simonsen insiste em que o governo passe a taxar as aplicações financeiras de prazos curtos.

Que o governo não seja capaz de segurar a inflação, nem ao menos surpreende. Mas que seja patrocinador da jogatina, isto já é excessivo. Depois ficam tendo crises de ira e desfechando ameaças quando se fala da corrupção livre e ilimitada.

Da Sucursal de Brasília

O Congresso constituinte rejeitou ontem, por 418 votos a 19, com 11 abstenções, uma proposta do senador Aureo Mello (PMDB-AM) que prorrogava por um ano o mandato dos atuais prefeitos e vereadores. Com a decisão de ontem, ficam asseguradas as eleições municipais em novembro deste ano. O adiamento das eleições ganhou espaço no noticiário dos últimos dias, especialmente depois que o líder do governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS), considerou a idéia viável. O plenário preferiu manter as atuais regras.

Também foram rejeitadas duas emendas que criavam o mandato-tampão de dois anos para os prefeitos e vereadores a serem eleitos em novembro. A primeira, do deputado Rosa Prata (PMDB-MG), determinava que haveria possibilidade de reeleição dos prefeitos escolhidos em 1990. Recebeu 111 votos favoráveis, 347 contrários e 6 abstenções. A seguir, o plenário deliberou sobre a proposta do deputado César Cals Neto (PDS-CE), que determinava a possibilidade de reeleição dos atuais prefeitos, também para um mandato-tampão de dois anos. Ao final, haveria coincidência de eleição com os governadores. Foram 116 votos a favor, 327 contrários e 11 abstenções. Foi mantido, desta forma, o mandato de quatro anos para os eleitos em novembro. Caiu também uma emenda do deputado Asdrubal Bentes (PFL-PA) propondo eleições gerais em 1989. Recebeu 32 votos a favor, 407 contra e 10 abstenções.

A reeleição dos atuais prefeitos e vereadores recebeu o apoio de um lobby que percorreu ontem diversos gabinetes de constituintes. Segundo o presidente da Associação Paulista dos Municípios, Lincoln Magalhães, cerca de 300 prefeitos de todo o país estavam em Brasília.



O deputado Ulysses Guimarães (à dir.) conversa com Cabral, Covas e Daso Coimbra (da esq. para dir.)

Falta de articulação prejudica tese prorrogacionista

GILBERTO DIMENSTEIN
Diretor da Sucursal de Brasília

O próprio Congresso foi ludibriado pelo balão de ensaio da prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos: o assunto percorreu insistentemente os principais gabinetes de deputados, senadores, ministros, supondo-se que ocorreria uma "dura" votação.

Falava-se em "pressões terríveis" de governadores, amparados no Palácio do Planalto, disposto a ver as urnas de longe. A votação ontem mostrou que, se houve uma articulação, esta foi pífia, embora os prefeitos defendessem uma nova fase de permanência em suas cadeiras: 418 contra, 19 a favor, 11 abstenções. Apenas 3,3% dos consti-

tuintes no total de 559 apoiaram a prorrogação.

Está, portanto, inaugurada a primeira fase da sucessão presidencial: os governadores que tombarem nas urnas no dia 15 de novembro perderão preciosos pontos — as capitais são os principais centros de votos e os novos prefeitos servirão de cabos eleitorais.

O governador de Minas, Newton Cardoso, está esperançoso de que "fará" 80% das prefeituras de Minas Gerais, inclusive Belo Horizonte. Determinou que seus seguidores no Congresso não embarcassem na tese da prorrogação, fossem quais fossem os apelos dos prefeitos. Já o governador Orestes Quércia não tem a mesma segurança, sobretudo na

capital: seu candidato, João Oswaldo Leiva, ainda está longe de decolar. E tido, por enquanto, como uma espécie de "azarão" na disputa.

Não é à toa que sucessivas insinuações sobre a "força" da tese da prorrogação partiram de aliados de Quércia. Mas a idéia não obteve poderosos padrinhos — muitos temiam o inevitável desgaste ao encampar a suspensão da votação. Este temor saiu do próprio Palácio do Planalto, onde assessores chegaram a ver com entusiasmo a prorrogação, de olho nas pressões de governadores nos cofres públicos mas, na falta de articuladores, deixou a proposta órfã.

Sarney ficou satisfeito com resultado, afirma porta-voz

Da Sucursal de Brasília

O porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Henrique Santos, disse ontem à tarde que o presidente José Sarney ficou satisfeito com a decisão do Congresso constituinte de manter a data das eleições municipais.

Carlos Henrique afirmou que o presidente havia manifestado diversas vezes aos líderes do governo na Câmara e no Senado sua posição favorável à realização das eleições em novembro próximo, embora não tenha preferência quanto à forma

(um ou dois turnos e com ou sem reeleição).

Reunião

A rejeição da emenda do senador Aureo Mello já havia sido prevista em reunião realizada ontem de manhã, no Palácio do Planalto, entre o presidente Sarney, dez ministros e os parlamentares que defendem os interesses do governo no Congresso constituinte. A reunião é realizada normalmente uma vez por semana, para acompanhamento das votações da nova Constituição.

Líderes fazem acordo para a metade das Transitórias

Da Sucursal de Brasília

Os líderes partidários conseguiram ontem fechar acordos para diversos temas das Disposições Transitórias em fase de votação. Os parlamentares analisaram 31 dos 62 artigos do texto. Ficaram sem entendimento neste trecho sobre os militares cassados (aprovado ontem) e o cancelamento da correção monetária sobre a dívida de pequenos e médios empresários, a ser decidido pelo voto. Hoje, os líderes voltam a se reunir para continuar as negociações.

Entre os principais pontos do acordo estão o prazo para que as Constituintes estaduais completem seus trabalhos, a limitação de despesas com funcionalismo, a criação de uma comissão do Congresso Nacional para realizar uma auditoria da dívida externa e a extinção dos chamados "marajás" do serviço público.

Os textos consensuais deverão ser votados em bloco. A seguir, os temas que conseguiram um entendimento entre os líderes:

Principais pontos

1. Constituintes estaduais: as Assembleias Legislativas terão um ano, a partir da promulgação da

nova Constituição, para elaborar as Constituições estaduais. Os municípios terão seis meses para elaborar as leis orgânicas após a aprovação das Constituições estaduais. As Assembleias terão dois programas diários de três minutos nas rádios e televisões para divulgar suas atividades neste período.

2. Receita com pessoal: os governos poderão utilizar no máximo 65% de sua receita para o pagamento de pessoal.

3. Dívida externa: será criada uma comissão mista do Congresso Nacional, com prazo de um ano, para fazer uma auditoria da dívida externa. Ao final, a comissão poderá propor ao Executivo a nulidade de atos considerados irregulares.

4. "Marajás": nenhum funcionário público receberá vencimentos superiores aos limites definidos no corpo permanente da Constituição. Não haverá direito adquirido.

5. Reforma tributária: a tendência é introduzi-la quatro meses após a promulgação da nova Carta.

6. Leis complementares e ordinárias: não haverá prazo para a elaboração.

7. Fundos especiais: serão extintos dentro de dois anos, com exceção dos que se caracterizarem como incentivos fiscais.



LOBBY DOS CASSADOS PRESSIONA DELFIM

O lobby dos trabalhadores em empresas estatais e funcionários públicos civis distribuía ontem nos corredores do Congresso folhetos e sacos de papel impressos com a proposta de anistia dos empregados cassados, com reintegração dos demitidos. No corredor de acesso ao plenário,

funcionários cassados da Cosipa — Companhia Siderúrgica Paulista — gritavam slogans como "só queremos trabalhar" para os constituintes que se dirigiam à votação (na foto, os deputados pedessistas Darcy Pozza (RS) e Delfim Netto). O texto aprovado foi o do Centrão.